

Dora Kramer*

Quanto mais os juízes avançam na reação, pior fica o STF

A Suprema Corte não é partido nem seus ministros são políticos para recorrer ao método de resistência baseado na dinâmica do “bateu, levou”, difundido no governo Fernando Collor como reação às críticas que começavam a lhe erodir o poder. Vimos no que deu.

Tampouco há expectativa de resultado positivo quando magistrados se envolvem em escaramuças que fogem ao escopo de seus papéis constitucionais. Disso já dão notícias os desdobramentos da decisão da ala ativista do STF de enfrentar, sob a liderança de Gilmar Mendes, a crise de imagem do tribunal com a troca de socos retóricos e o uso de instrumentos jurídicos.

Se o decano pretendia defender a corte, errou na dose. Avançou no juízo de valor ao atribuir ao mercado financeiro (“Faria Lima”) os males de um processo que ainda precisa de julgamento e incrementou o discurso de ao menos um opositorista.

De personagem lateral, Romeu Zema (Novo) passou a protagonista do noticiário na semana passada. Um adendo: conviria ao ex-governador mineiro calibrar as investidas antes que o senso de oportunidade se

configure em mero oportunismo aos olhos do público.

Aos ministros do Supremo que se aliam à linha do embate caberia aproveitar o momento para mudar o rumo da prosa. A ofensiva de comunicação do decano não deu certo; as providências pedidas a Alexandre de Moraes e ao procurador-geral colocam os dois numa posição delicada; se atendidas, aumentarão as críticas. Além disso, a tentativa de isolar o presidente Edson Fachin e a ministra Cármen Lúcia só fez crescer o apoio externo a ambos.

Propostas de reforma ampla no Judiciário e de pacto entre os Poderes assumiram caráter diversio-nista e, assim, caíram no vazio. Do ponto de vista estratégico não sobra alternativa às vozes combativas do tribunal a não ser o recuo. Investir na unidade do colegiado, reconhecer a autoridade do presidente da corte, apoiar a criação de um código interno de ética e, por mais que os desagrade, conter-se e se ater às suas funções jurisdicionais.

*Jornalista e comentarista de política

Paulo César de Oliveira*

A guerra que não acaba

Não foi nem uma, nem duas vezes que disse que a guerra no Oriente Médio não vai acabar e que o presidente Trump — que no sábado sofreu um atentado — é o grande responsável por ter alimentado o ataque ao Irã e agora está sem saber como sair. A situação política interna se agrava para o presidente que, com alto nível de desaprovção, enfrentará uma eleição interna, agora em novembro, para a renovação de toda a Câmara dos Representantes e um terço do Senado.

Trump corre o risco de perder a frágil maioria legislativa que sustenta seu governo e passar o restante do mandato — que termina em janeiro de 2029 — com minoria legislativa, o que representa séria ameaça à sua permanência no cargo. Trump é hoje não há como negar, um político acuado. Começou a manifestar sua convicção de ser um predestinado dono do mundo, ameaçando anexar a Groenlândia e até o Canadá, sob pretexto de assegurar a integridade do território americano.

Depois, a pretexto de conter o tráfico de drogas para seu país, invadiu a Venezuela, prendeu Maduro — talvez a única coisa certa que fez — e dominou o petróleo do país, o que parece ter sido o objetivo real. Fez várias ameaças a outros países, criou tarifas e finalmente, associado a Israel, iniciou, sem comunicar a outros aliados, a guerra contra o Irã que se alastrou envolvendo vários outros países. Trump e Israel, seu aliado por conveniências, se deram mal.

A verdade é que, como praticamente todo o resto do mundo, desconheciam o poder bélico do Irã e a disposição de luta de seu povo. Encontraram uma resistência não esperada e que não sabem como vencer, sem o extremismo de uma guerra nuclear que acabe com a civilização.

Trump, neste momento, é um homem acuado. Externamente não consegue vencer uma guerra que dizia ser questão de dias. Internamente corre o risco de ser derrotado nas urnas. Inseguro e fanfarrão, vê aliados tradicionais se afastando e se já não sabe não sabe como vencer a guerra, não sabe também como perdê-la. O Irã o desafia abertamente e até já se recusa abertamente a negociar com representantes americanos. Impõe uma derrota moral a um adversário sabidamente mais forte em termos bélicos, mas enfraquecido politicamente.

Observadores internacionais, aliados e adversários internos já sentem as disposições de Trump de pôr fim a esta guerra, deixando para seus aliados a responsabilidade para buscar saídas para as suas consequências econômicas, argumentando que não foram parceiros na solução da crise mundial gerada com o fechamento do Estreito de Ormuz. Mas tudo que diz respeito ao comportamento de Trump é especulação. Dele se pode esperar tudo.

*Jornalista e diretor-geral da revista Viver Brasil

EDITORIAL

Crise de rua exige ação integrada e urgente

A invisibilidade das pessoas em situação de rua em Campinas deu lugar a uma estatística alarmante que reflete não apenas o crescimento da vulnerabilidade social, mas o esgotamento das políticas públicas atuais. Dados recentes do serviço 156 da Prefeitura revelam que as queixas de moradores e comerciantes atingiram o patamar de 522 registros em 2025, o que representa uma alta histórica e um sintoma claro de que a convivência urbana está sob forte tensão.

Esse aumento nas reclamações caminha lado a lado com o crescimento do próprio contingente nas calçadas. O censo mais recente realizado na metrópole identificou 1.557 pessoas vivendo ao relento, o que significa um salto de quase 40% em relação aos anos anteriores. O perfil mapeado expõe a fragilidade do sistema, pois a maioria é composta por homens jovens e pardos, muitos dos quais migraram de outras cidades da região em busca de suporte cujos municípios de origem falharam em oferecer.

A insistência em soluções isoladas tem se mostrado ineficaz para frear o fenômeno. De um lado, a administração municipal foca em operações de recâmbio para cidades de origem e abordagens de zeladoria, enquanto, de outro, a sociedade civil clama por segurança e limpeza urbana.

No entanto, o que os números do 156 gritam é que o problema

não se resolve apenas com a retirada física das pessoas ou com a repressão aos sintomas da pobreza extrema. A questão exige uma articulação integrada que uma assistência social, saúde pública, habitação e segurança de forma simultânea.

A realidade atual em Campinas demonstra que as ações fragmentadas apenas empurram o problema de uma rua para outra ou de um bairro para o seguinte. A alta nas queixas indica que o incômodo da população domiciliada cresce na mesma medida em que o desespero de quem não tem onde morar se aprofunda.

É urgente que o poder público lidere uma coalizão regional para que o atendimento não fique sobrecarregado em um único polo e que existam políticas de porta de saída como moradia primeiro e programas reais de geração de renda.

Sem uma mudança de rota que priorize a dignidade humana e a integração de esforços entre as cidades vizinhas e as secretarias municipais o cenário de 2026 tende a ser ainda mais crítico. O conflito instalado nas esquinas campineiras não será solucionado com protocolos burocráticos ou medidas paliativas, mas com o reconhecimento de que a rua é o estágio final de uma série de falhas sociais que precisam ser corrigidas na origem, sob pena de transformarmos a metrópole em um eterno campo de batalha entre o direito à cidade e a luta pela sobrevivência.

Opinião do leitor

Dieta pode ajudar

Anualmente, a data 25 de abril, Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial, é usada para campanha de prevenção da doença, que vem cada vez afetando um número maior de pessoas. O aumento de casos está ligado com cuidados na alimentação. A primeira medida é adotar uma dieta mais saudável e reduzir o consumo de sódio.

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: GOVERNO PARAGUAIO DECRETA ESTADO DE SÍTIO NO PAÍS

As principais notícias do Correio da Manhã em 24 de abril de 1931 foram: Foi decretado estado de sítio em todo o território do Paraguai. Boatos em Portugal indi-

cam que há um possível levante em Guiné. Reforma eleitoral na Inglaterra está sendo discutida no parlamento. Villa-Lobos se prepara para grande concerto em São Paulo.

HÁ 75 ANOS: SENADO APROVA JOÃO CARLOS VITAL COMO O NOVO PREFEITO DO DF

As principais notícias do Correio da Manhã em 24 de abril de 1951 foram: Tropas chinesas afirmam, pela primeira vez, que Aliados passaram do paralelo 38. Caixa financiará os jornalistas para a aquisição de prédios residenciais. Senado aprova por

44 votos a indicação de João Carlos Vital como o novo prefeito do Distrito Federal. Câmara segue apreciando o projeto de lei que cria o Estatuto dos Funcionários Públicos. Instala-se a Convenção Nacional da UDN.

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sâ e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.